

UNOPS Brasil e ONU Mulheres lançam campanha digital de empoderamento feminino e infraestrutura para igualdade de gênero

Campanha digital Mulheres na Infra, Infra para Mulheres, nas plataformas Facebook e Instagram, quer chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

(ONU Mulheres, 25/03/2019 - acesse no site de origem)

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e a ONU Mulheres lançam nesta terça-feira (26/3), a campanha digital Mulheres na Infra, Infra para Mulheres, nas plataformas Facebook e Instagram. O objetivo da ação é chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

De acordo com as duas organizações, que integram o Sistema das Nações Unidas, a campanha tem duração prevista de um ano, com posts publicados semanalmente. Serão postadas fotos de mulheres que atuam na área de infraestrutura e informações sobre sua trajetória profissional. O objetivo é contribuir para que mais mulheres percebam as possibilidades de atuação nessa área.

De acordo com a representante do UNOPS no Brasil, Claudia Valenzuela, a maioria dos cargos técnicos nas áreas de engenharia e arquitetura do UNOPS no país são ocupados por mulheres. Porém, ela lembra que, nas universidades, as mulheres representam menos de 28% do total de alunos matriculados nas engenharias (de produção, civil e industrial) e em tecnologia, segundo dados da UNESCO. “Queremos que mais mulheres percebam que a área de infraestrutura também é para elas, por isso criamos a campanha em parceria com a ONU Mulheres”, afirma a representante.

Valenzuela explica ainda que uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – é aumentar o uso de tecnologias para promover o empoderamento das mulheres. “Esta campanha contribui exatamente para isso, empoderando mulheres para que busquem mais trabalhos na área de infraestrutura”, finaliza ela.

Além disso, a campanha também tratará da infraestrutura para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres com dados e informações, contribuindo para que se circulem mais informações sobre o tema. “Investimentos em infraestrutura que levem em consideração as necessidades e as vidas das mulheres podem ter um impacto positivo da autonomia das mulheres e na promoção da igualdade de gênero”, segundo a representante interina da ONU Mulheres no Brasil, Ana Carolina Querino.

“Uma infraestrutura pensada para a igualdade de gênero é fundamental para o alcance dos

objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à igualdade de gênero, erradicação da pobreza, saúde e bem estar, redução das desigualdades, trabalho decente e adaptação à mudança climática”, explica a representante da ONU Mulheres no Brasil.

A sociedade civil também está convidada para se somar à campanha. Mulheres podem participar postando sua foto e sua história profissional, com a #mulheresnainfra. Também é possível entrar no debate sobre infraestrutura para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres utilizando #infraparamulheres com informações sobre este tema.

Nadine Gasman e Camila Pitanga defendem empoderamento econômico das mulheres em encontro com empresas em São Paulo

Representante da ONU Mulheres e embaixadora nacional afirmam que igualdade de gênero é boa para os negócios e para a distribuição equitativa das riquezas

(ONU Mulheres, 02/06/2018 - acesse no site de origem)



Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, abre o 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina, que reuniu mais de 500 participantes (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

“O Brasil é o terceiro país no mundo em número de empresas signatárias aos Princípios de Empoderamento das Mulheres, iniciativa da ONU Mulheres e do Pacto Global. Já são 165 empresas - de diferentes setores produtivos -, comprometidas em enfrentar e eliminar as desigualdades de gênero que ainda criam abismos entre homens e mulheres, pessoas brancas, negras e indígenas, entre outros grupos que são discriminados em razão da sua identidade”, disse Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, na abertura do 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina (Conalife). O encontro aconteceu, em 24 de maio, em São Paulo. Foi promovido pela Regional São Paulo da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-SP), com apoio da ONU Mulheres e do movimento ElesPorElas - HeForShe.

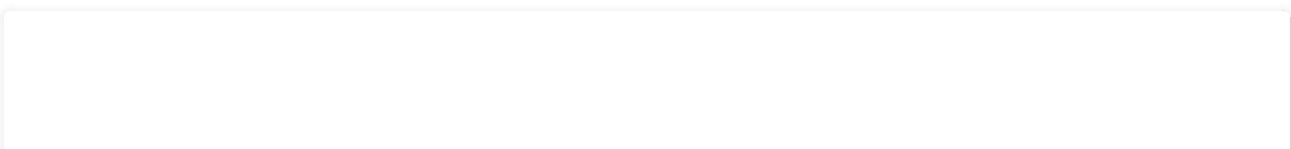
Gasman frisou que o empoderamento econômico das mulheres é uma das cinco áreas de trabalho da ONU Mulheres em todo o mundo, e que o Brasil tem se destacado por meio do trabalho com as empresas. Mencionou o projeto Ganha-Ganha: Igualdade de gênero significa bons negócios - coordenado pela equipe da ONU Mulheres Brasil e realizado em parceria com a Organização Mundial do Trabalho (OIT) e a União Europeia -, que amplia a promoção dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs na sigla em Inglês) nas empresas brasileiras e de outros cinco países da América Latina e Caribe: Argentina, Chile, Costa Rica, Jamaica e Uruguai. “Como principais resultados, vamos apoiar negócios liderados por mulheres, estimular a adoção dos princípios de empoderamento das mulheres pelas empresas e estabelecer um mecanismo de investimento de alto impacto para a igualdade de gênero”, acrescentou a representante da ONU Mulheres.



Camila Pitanga, embaixadora da ONU Mulheres Brasil, no 3º Congresso Nacional da Liderança Feminina (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

Ela ressaltou o quadro de ações das empresas brasileiras em favor do empoderamento econômico das mulheres. “Algumas empresas signatárias dos Princípios de Empoderamento das Mulheres já se colocaram nessa linha de frente. Elas incentivam as mulheres a desempenhar outras funções, inclusive na área de tecnologia e exatas; tomam medidas para progressão de carreira; agem pela melhoria da capacidade das mulheres em negociar o próprio salário; adotaram licença paternidade para oito semanas; e apoiam a organização da vida privada de homens e mulheres para as tarefas domésticas e familiares”, contou Nadine Gasman., Camila Pitanga, fez discurso emocionante ao final do evento. Ela destacou que a paridade de gênero é boa para os negócios, mas é melhor ainda para as mulheres e os homens, com benefícios para toda a humanidade.

“Esta é a hora de fortalecer as ações nas empresas, nos empreendimentos e na cadeia produtiva, e trazer modelos inovadores e exemplos concretos para a economia. É a hora de identificar mais parceiras e parceiros. É a hora de ampliar a rede de ação concreta em favor dos direitos econômicos das mulheres. É a hora de criar oportunidades para que as mulheres possam se desenvolver em qualquer campo profissional”, declarou. A embaixadora da ONU Mulheres Brasil ponderou que a paridade de gênero precisa ser realizada não somente pela não discriminação contra as mulheres - que afronta os direitos humanos como um todo - mas pela distribuição equitativa das riquezas.



Na semana passada fui convidada a participar do Conalife 2018 - Liderança Feminina para um Mundo Colaborativo. Foi difícil e bonito. Difícil porque estava (ainda estou na verdade) afônica por conta de uma laringite. Uma atriz sem voz é uma atriz sem corpo inteiro. Mas na mesma medida foi bonito, valeu muito a pena ouvir ali o depoimento forte de mulheres que se identificam com o que estou abraçando como porta-voz da @onumulheresbr, como mulher preta que sou. Falei do mundo que a gente quer com trabalho decente, proteção social e crescimento inclusivo e justo. Do Brasil que ainda explora o trabalho das mulheres pagando menos e violando direitos trabalhistas, jogando as mulheres na informalidade para poder lucrar mais. Do Brasil que não consegue alterar a prevalência de homens brancos nos postos de direção, com maiores

salários e poder de decisão. Do Brasil que caminha a passos muito lentos para assegurar a representatividade e a diversidade das mulheres nas posições de poder. É a hora de ampliar a rede de ação concreta em favor dos direitos econômicos das mulheres. É a hora de criar oportunidades para que as mulheres possam se desenvolver em qualquer campo profissional. Seguimos firmes, por um país e um planeta mais igualitário, justo e sustentável. Para quem se interessar, a íntegra de minha fala no Conalife está na fanpage do Facebook.

Uma publicação compartilhada por [Camila Pitanga \(@caiapitanga\)](#) em 30 de Mai, 2018 às 7:58 PDT

Camila Pitanga comentou também que as mulheres têm um futuro promissor na liderança de empresas: “Nós, mulheres, mudamos. Conquistamos uma certa independência financeira, apesar da ainda persistente disparidade salarial. E especialistas dizem que o estilo de liderança que é característico de nós, mulheres, vai ao encontro do que se espera de uma liderança do século 21, que é focada no trabalho em grupo, na coletividade”.

Durante a sua apresentação no Conalife, a gerente dos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres Brasil, Adriana Carvalho, alertou para o ranking da igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial, em que o Brasil está no 90º lugar. Ela fez um chamado para que mais empresas façam parte da rede dos Princípios de Empoderamento das Mulheres no país, e frisou que eles contribuem para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 5 (Igualdade de gênero), 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e 17 (Parcerias e meios de implementação).



Eva Blay, professora da USP e coordenadora do USP Mulheres, recebeu o troféu Personalidade

Conalife 2018 (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

Homenagem - Professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e coordenadora do escritório USP Mulheres, a socióloga Eva Blay, uma das pioneiras no estudo dos direitos das mulheres no Brasil, foi condecorada com o troféu Personalidade Conalife 2018.

“Trata-se de uma homenagem a todas as mulheres que criam espaços verdadeiros e igualitários para as mulheres brasileiras. Ser feminista é lutar pelos direitos humanos, das mulheres e dos homens. No caso de mulheres negras e judias, por exemplo, que sofrem discriminação, é importante superar os desafios e se autoafirmar”, salientou Eva, após receber o troféu.



Theunis Marinho, presidente da ABRH-SP, reforçou a importância de o Brasil ter mais mulheres no mercado de trabalho (Foto: ABRH/Gustavo Morita)

Papel das empresas - O presidente da ABRH-SP, Theunis Marinho, reforçou a importância de o Brasil ter mais mulheres no mercado de trabalho, deixando para trás anos de preconceito, assédio e desrespeito. “Vocês mulheres já sentiram na pele isso ao longo da vida pelo simples fato de serem mulheres. Séculos de segregação e desigualdade não deram certo e estão com os dias contados. E isso só vai acontecer se acelerarmos esse processo”, disse.

Para o presidente do Grupo Boticário, Artur Grynbaum, temas como igualdade de gênero e diversidade precisam estar na pauta do dia do setor privado. “É preciso parar de falar de gêneros opostos e falar de humanidade. As diferenças devem ser respeitadas e se

complementam”, observou.

Com o tema central “Liderança Feminina para um Mundo Colaborativo” e mais de 500 participantes, o 3º Conalife teve com três painéis – O Futuro É Agora. Estamos Prontas?, Mulheres nas Ciências e Empreendedorismo e Colaboração. A programação ainda promoveu quatro momentos especiais: Escola de Você; Empresas para a Igualdade de Gênero; Retrato das Mulheres na Arte e Tudo Começa pelo Respeito.

Feminismo não é só empoderamento pessoal, é luta coletiva, por Luciana Genro

O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

(HuffPost, 17/01/2018 - acesse no site de origem)

O dicionário da editora Merriam-Webster’s elegeu “[feminismo](#)” como a palavra do ano em 2017, tendo sido a mais pesquisada em seus registros. No mundo todo as [mulheres](#) estão quebrando o silêncio e exigindo igualdade, respeito e dignidade.

No Brasil tivemos um ano marcado pela [luta das mulheres](#), desde os expressivos protestos de 8 de março até a participação ativa da mobilização das mulheres contra a reforma da Previdência – o que contribuiu para enfraquecer o governo, que precisou adiar a votação para fevereiro. A inacreditável [PEC do Cavalo de Troia](#), que tenta [criminalizar o aborto](#) até mesmo nos casos em que já é permitido no Brasil, também provocou uma forte reação das mulheres, principalmente nas redes sociais.

É neste marco que estamos próximos de comemorar, em Porto Alegre, um ano de atividades da [Emancipa Mulher](#): uma escola de formação feminista e resistência antirracista. Desde abril do ano passado, realizamos mais de 200 horas de atividades, envolvendo mais de 300 mulheres nas aulas fixas e nos eventos abertos ao público em geral.

Entendemos que classe, raça e gênero são vivenciados por mulheres de formas diferentes, e as implicações das discriminações múltiplas se aprofundam para as mulheres pobres e negras.

O nosso primeiro curso, idealizado e ministrado pela Joanna Burigo e pela Winnie Bueno, [foi batizado de “Laudelina de Campos Mello”, não por acaso](#). Nossa intenção foi homenagear esta mulher negra que foi uma lutadora pelos direitos das mulheres e das empregadas domésticas, fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil. Entendemos que classe, raça e gênero são vivenciados por mulheres de formas diferentes, e as implicações das discriminações múltiplas se aprofundam para as mulheres pobres e negras. Por isso talvez vocês nunca tenham ouvido falar da Laudelina. No Brasil, 94% das pessoas que fazem trabalho doméstico são mulheres e a conquista de direitos trabalhistas para este segmento é muito recente.

O feminismo que buscamos fortalecer com a Emancipa Mulher é [interseccional](#). Kimberlé Williams Crenshaw foi a primeira a utilizar este termo, em 1991, em pesquisa sobre violências vividas por mulheres não brancas nos Estados Unidos. A interseccionalidade estuda não só o fato de ser mulher, mas ao mesmo tempo o fato de ser negra, ou [LGBT](#), trabalhadora, explorada, buscando capturar as consequências da interação entre as diferentes formas de subordinação. O [racismo](#) estrutural da sociedade se projeta sobre as [mulheres negras](#) de forma brutal, e as consequências estão evidenciadas em todas as estatísticas que demonstram que as mulheres negras vivem dificuldades ainda maiores para acessar educação, saúde, moradia e emprego. **São também as maiores vítimas da violência.**

O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

Recentemente o dia 9 de janeiro marcou o aniversário de [Simone de Beauvoir](#). Uma pensadora à frente de seu tempo, que abriu o caminho para muitas que vieram depois. Sua célebre frase que diz que “não se nasce mulher, torna-se” pode ser muito bem adaptada para a própria formação feminista. Afinal nenhuma mulher nasce feminista, mas nos tornamos feministas – muitas vezes mesmo sem conhecer o termo ou ter proximidade com as leituras e a militância – com o tempo e a vivência. O próprio fato de ser mulher num mundo de homens nos empurra a uma condição feminista, mesmo que muitas não se percebam assim.

O feminismo é também uma luta pedagógica dentro do processo de emancipação das mulheres. Uma disputa que travamos através de palavras e ações pela construção de uma sociedade sem discriminação, onde o assédio seja combatido, em que não haja desigualdade salarial entre homens e mulheres e na qual a cultura do estupro possa ter fim. No Brasil, é impossível falar em todos estes problemas sem colocar a questão racial e de classe no centro do tabuleiro, pois são as mulheres negras e pobres as mais atingidas por eles – e frequentemente as mais silenciadas.

Neste ano de 2018 vamos seguir este trabalho da Emancipa Mulher, buscando cada vez mais fortalecer este feminismo interseccional, enfrentando o racismo, a LGBTfobia, o machismo e todas as formas de opressão. Para nós feminismo não é apenas uma questão de empoderamento pessoal. É uma luta coletiva e concreta: contra a violência doméstica e social, contra a divisão sexual do trabalho, por salários e direitos iguais de verdade, por creches, por saúde, por moradia e por tantos outros direitos que este sistema capitalista e patriarcal sonega às mulheres trabalhadoras. É nesta trilha que caminhamos, e seguiremos.

Luciana Genro é política e advogada

[As mulheres que dizem não, por Eliane Brum](#)

Nem tudo foi retrocesso em 2017: há algo importante que se move e não é para trás

[\(El País, 25/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Ele estava lá, o homem perplexo. Ele tinha dito qualquer coisa como “gostosa” para uma jovem [mulher](#). E ela tinha mostrado o dedo, bem na sua cara. Tipo “te liga”. Ele explicava que aquilo não era [abuso](#), era cantada. E a cada vez que explicava parecia encolher de tamanho. Acostumado ao topo da cadeia alimentar por quase toda uma vida, porque ele já era um velho, ele não conseguia compreender porque os lugares haviam mudado. Ele não podia mais fingir que era desejado, ele não podia mais dizer o que queria, e por fim ele desabafou que não era capaz de viver num mundo em que uma [mulher não gostasse de ser chamada na rua de gostosa](#) por um homem como ele. De repente, ele tinha ficado muito mais velho. E perguntava: mas por quê? E tenho certeza de que ele não estava blefando. Ele não sabia. Porque por tempo demais não precisou saber. E agora precisa. Naquele exato momento, aquele homem perdeu o último pinto que ainda ficava duro. E não tinha a menor ideia sobre como alcançar potência sendo o que não sabia como ser.

De tantas cenas fortes deste ano, a minha foi essa pequena, quase despercebida. Um desacontecimento que desvela um acontecimento feito onda.

Há uma brutalidade objetiva no que vivemos, no Brasil e em boa parte do mundo, que se acentuou ainda mais em 2017, neste período da história que talvez possa ficar conhecido como a paródia que ele também é, a da [boçalidade do mal](#). E como já sabemos, em fases assim os anos não terminam nem começam, apenas se emendam, e a boçalidade do mal acordará em 2018 tão boçal quando dormiu em 2017. Possivelmente sem sequer saber de si, porque é constitutivo dos boçais ter certeza sobre tudo, inclusive sobre aquilo que menos conhecem, que é sobre si mesmos. Quem sabe de si tem dúvidas enormes, acorda sobressaltado à noite duvidando do seu próprio rosto. Os boçais jamais as têm, pensam que a máscara que colaram é sua única face e repetem muito a palavra “verdade”.

Não é preciso fazer aqui a retrospectiva de nossos horrores. Nós os conhecemos, eles se imiscuíram como parasitas íntimos, aproveitando-se das fissuras que eles mesmos abriam na nossa pele e foram nos sugando a alegria. Mas há uma outra tessitura, uma que se costura numa camada abaixo dos acontecimentos, e que nos aponta onde está a vida e a possibilidade. Há algo que se move - e não é para trás.

As mulheres riscaram o chão. Com as unhas. Não é um de repente, é um processo. Mas algo emergiu com força, também por conta da facilidade de mobilização das [redes sociais](#) que, se destroem - e destroem -, também rompem. E fazem irromper. E quando escutamos o que nós mesmas dizemos, quando nos escutamos, é chocante que tenha sido preciso dizer.

Não, não é possível [ejacular em nós nos ônibus](#), nos metrô e nos aviões. Está vetado ejacular em nós em qualquer meio de transporte. Não, não é possível passar a mão na nossa bunda nas ruas ou nos corredores das firmas. Nem dar tapinhas. Não, não é possível dizer que a mulher é a parte chata da buceta ou fazer qualquer outra piada [machista](#) em festas ou em qualquer lugar. Não, não é possível mostrar o pinto quando passamos nem nos olhar de cima abaixo como se quisesse nos lambar. Não, não é possível nos chamar de gostosa ou emitir qualquer comentário sexual no espaço público. Não, não é possível dizer que “é das novinhas que eles gostam mais” nem que “panela velha é que faz comida boa”. Não é possível. Acabou.

Um não é um não. Não é um sim disfarçado, não é não mesmo. E um homem terá que ser mais sensível, se esforçar mais, para entender quando há consentimento para olhares e para

aproximações e para [sexo](#). Um homem, se ainda não sabe, porque muitos já sabem, terá que aprender a escutar melhor. Não é tão difícil assim, desde que se compreenda algo muito simples: um não é um limite inultrapassável.

E isso vale para os estranhos, isso vale para os amigos, isso vale para os solteiros, para os casados, para os que escolheram o poliamor. Isso vale.

Isso vale para a direita e vale para a esquerda. Isso vale.

Com consentimento, pode experimentar todas as fantasias, até a de não ter consentimento. Sem consentimento, não pode nada. Mas. Há um mas. Se em qualquer momento a mulher mudar de ideia e quiser parar, o consentimento vira um não. E um não é um não.

[Não pode bater em mulheres](#). Não pode [assediar](#) e abusar de mulheres. Não pode violentar mulheres.

Não pode [matar mulheres](#).

Entendo que, para um homem que sempre pôde tudo, porque em qualquer classe social e em qualquer raça os homens sempre puderam mais, parece difícil. O homem podia ser abusado pelo patrão ou abusado pelo branco, mas havia uma mulher que ele abusava depois. Em alguma instância da sua vida ele tinha esta outra a quem poderia impor sua vontade, subjugar. Assujeitar. Arrebrantar. Um dia matar.

Está terminando o autoconsentimento tácito do homem sobre a mulher, produzido pelo silêncio, pelo [preconceito](#), pelo domínio ainda masculino das instituições. Produzido como direito de nascença, que vinha junto com o pinto. Produzido pelo discurso do “ela provocou”, “ela estava pedindo”, “ela usava saia curta”, “ela tinha aquele decote”, “ela andava na rua tarde da noite”, “ela no fundo queria”. De nossos desejos só nós sabemos. Mas eventualmente podemos contar. E estamos contando. Basta escutar.

Quem pensa que está cada vez mais difícil ser homem, com mulheres que dizem não, tem razão. Deve ser bem difícil dividir o poder para quem sempre monopolizou o poder. E para alguns é o poder de falar sozinho que está em risco. Para alguns dos mais envernizados pela educação formal e pelos livros, o que dói mais é a perda do privilégio de ser a única voz na sala, na mesa do bar, nas livrarias. No palco.

E há algo que dói ainda um pouquinho mais, que é a perda do privilégio de se achar tão bacana, tão moderno, tão cosmopolita, até um pouco feminino. E então chega uma mulher – uma mulher! – e diz: seu rosto, este que você vê no espelho, não é o mesmo que eu vejo. E, olha, você não é tão importante assim, você não está aí rompendo paradigmas com seu discurso, seus posts [name-dropping](#) não nos impressionam. Quem está quebrando paradigmas são estas mulheres juntas, andando de mãos dadas pelas ruas.

Aí os envernizados, sentindo-se atacados em seus privilégios de homens e de brancos e de esquerda, adaptam o discurso dos toscos, daqueles que têm menos repertório para atacar. As mulheres então não são mais “as loucas”, “as histéricas”, aquelas “em TPM permanente”. Dizer isso seria se expor em demasia. A ideia de que enxerguem sua brutalidade os horroriza, é preciso exercê-la com palavras melhores e com referências, muitas referências, para encobrir a violência do discurso. Os [“esquerdomachos”](#), uma das palavras mais interessantes que se consolidou em 2017, são sofisticados demais para dizer isso. O que eles dizem então,

empacotando suas teorias em esperma e citações?

A mulher que conquistou espaços de poder e de fala, apesar de todo o machismo vigente, quando aponta [privilégios de gênero](#) e de [raça](#) “não entende os conceitos”, “nomeia erroneamente os fenômenos”, “é incapaz de debater”, “estava indo bem, mas perdeu-se”, “em vez de pensamento têm compaixão”, sua ignorância os constrange.

Os esquerdomachos arrancam frases do contexto, o que é uma forma de violência no debate público. Deslocam imagens também do contexto. Para ilustrar seus posts, buscam fotos em que a mulher parece raivosa, talvez porque estivesse falando sobre genocídios quando a fotografia foi tirada e jogada na internet. O carimbo machista do momento é justamente mostrar como as mulheres se tornaram [“agressivas”, “raivosas”, “violentas”](#). E nada mais instantâneo que a imagem para “provar” esse “fato”. Vale tudo para exercer a misoginia sem parecer exercer a [misoginia](#). O desonesto fala de honestidade, o sem ética fala de ética.

E então, sentindo cheiro de sangue, os lambaris acreditam que são tubarões, autorizam-se e acusam: “Sua velha!”. Porque uma mulher envelhecer virou não só sinônimo de perda de beleza e de potência num mundo masculino, mas também “velha”, uma palavra tão rica de sentidos e de experiências, passou a ser usada como palavrão. Ou outro clássico: “Espero que você morra de câncer, sem nem mesmo paracetamol para aliviar a dor!”. E, para não deixar dúvidas, passam a perseguir a mãe, a filha, as mulheres que aquela a ser destruída ama.

O truque já é um clichê. As mulheres, que passaram a vida de violência em violência, percebem a obviedade do propósito na primeira linha.

Os [direitos das mulheres](#) sobre o seu corpo seguirão sendo atacados em 2018. Os direitos às suas mentes, também, mas de formas mais capciosas. Em [ano eleitoral](#), e numa eleição nebulosa como a que temos pela frente, o corpo das mulheres é convertido em moeda. Todas as formas de controle sobre nossos corpos, das mais evidentes, como a [criminalização do aborto](#) até em casos hoje permitidos pela lei, às mais sutis, como nos converterem em insanas ou em burras ou em raivosas, estará valendo.

Mais do que nunca teremos que andar juntas, de mãos dadas, também com os homens capazes de escutar e de dialogar de igual para igual. E andar juntas é também escutar, porque o “outro” tem o direito de problematizar tanto quanto “eu”. O direito que não tem é o de desqualificar a pessoa, em vez de enfrentar o seu argumento com argumentos. A premissa de qualquer diálogo é o respeito pelo interlocutor, mesmo que se divirja de suas ideias. Que venham mais livros com cada vez mais vozes e mais diferenças. E que os textos que buscam silenciar argumentos que perturbam sejam apenas esquecidos.

Nos [Estados Unidos](#) o ano começou com a marcha das mulheres contra [Trump](#) e termina com o barulho dos corpos dos [abusadores caindo de seus postos em Hollywood](#). Mesmo que um homem seja um superpoderoso de uma das indústrias mais lucrativas, já não pode mais [assediar, abusar, estuprar](#). No Brasil, alguns passos começam a ser ensaiados nesse sentido. Se as brasileiras romperem o silêncio sobre o que acontece nos bastidores de grandes empresas e também de redações da mídia, em universidades e coxias, algo por aqui vai se mover um pouco mais.

Pelo menos dois fatos possivelmente inéditos marcaram 2017: a [Globo, maior rede de comunicação do país](#), afastou um de seus principais galãs de novelas por assédio sexual e [rescindiou o contrato com um de seus jornalistas](#) mais conhecidos por um comentário racista que

se tornou público. São dois fatos de um Brasil que se move - e não é para trás.

Essa é a tessitura, de camada mais profunda, feita pelos feminismos - e também pelos movimentos negros e pelos [movimentos LGBTQ](#). Essa segue, persiste, se complexifica, avança. Há muito para conquistar, uma enormidade. Ainda vivemos a boçalidade do mal da direita à esquerda. Mas o homem branco e heterossexual que ainda não compreendeu que terá que dividir poder e perder privilégios já começa a ser enfrentado. E o custo começa a aumentar.

De certo modo, este ano, que não começou em janeiro de 2017 nem acabará em 31 de dezembro, se iniciou com um retrato. O retrato de grande poder simbólico do primeiro ministério de [Michel Temer](#): branco e masculino. E com a mulher relegada ao papel de primeira-dama "[bela, recatada e do lar](#)", enquanto parlamentares, empresários e jornalistas, especialmente jornalistas, produziam textos e comentários embasbacados com a beleza e a juventude de "dona Marcela" e com a potência de Temer, construindo a paródia de um folhetim de Nelson Rodrigues com efeitos na narrativa política. Há todo um imaginário dos sentidos deste casal presidencial e de seus papéis, que produziu impactos na crônica de Brasília, e que ainda precisa ser desvelado para a melhor compreensão desse momento histórico.

Talvez, no campo das simbologias, seja interessante observar que 2017 termina com o marido de dona Marcela governando o país com uma [sonda na uretra](#).

[Brasil participa da campanha por empoderamento da mulher rural](#)

Coordenada pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), campanha segue até o dia 15 de outubro, Dia Internacional da Mulher Rural

[\(Brasil Rural, 09/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil Rural desta segunda-feira (9) entrevistou a consultora da assessoria internacional da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário ([Sead](#)) e ponto focal de gênero na Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (Reaf), Geise Mascarenhas.

Geise fala sobre a campanha internacional "15 dias de ativismo pelo empoderamento da mulher rural".

Esses 15 dias de ativismo fazem parte de uma campanha que começou em 8 de março, no Dia Internacional da Mulher. O objetivo é difundir histórias e publicações que possam visibilizar o papel das mulheres rurais na agricultura, na economia, na educação e no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Geisa relembra que a violência contra a mulher rural tem aumentado em todo o mundo.

"A gente percebe que o campo hoje é mais feminino e mais jovem", afirmou.

Ela fala também sobre o marco da Campanha “Mulheres Rurais, Mulheres com Direito”, que vai até o dia 25 de novembro.

Nesses 15 dias de ativismo, há um objetivo por dia, como erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero e acesso a saneamento básico, dentre outros.

Mulheres unem-se por protagonismo na política

Na sala de reuniões de um amplo sobrado no bairro do Paraíso, na região centro-sul de São Paulo, cerca de 150 mulheres almoçam animadas. Entre uma cadeira e outra é até difícil localizar Luiza Trajano, fundadora do império varejista que faturou R\$ 11,4 bilhões no ano passado. Sentada em uma das mesas com outras três mulheres, ela se mistura às demais participantes, acessível enquanto come e conversa. A hierarquia do Magazine Luiza não se aplica ali, diz.

(Valor Econômico, 04/09/2017 - acesse no site de origem)

“Prova o escondidinho que está uma delícia”, recomenda Luiza à reportagem. “É receita da Sonia, tem gosto de comida do interior”. Da cozinha sai Sonia Hess, amiga de Luiza e ex-presidente da fabricante de camisas femininas Dudalina. Traz nas mãos uma travessa recém-tirada do forno, embrulhada em um pano de prato, e logo repõe parte do menu caseiro distribuído em duas pequenas mesas: arroz, feijão, frango frito, salada de alface, suco de frutas – e escondidinho de carne-seca.

Nenhum homem à vista: a única figura masculina que passou por ali por alguns minutos naquela última quinta-feira do mês de agosto foi Ricardo, assessor de imprensa pessoal de Luiza há mais de 20 anos, para acompanhar a entrevista ao Valor.

O clima informal e amistoso pode enganar quem imagina que são pouco ambiciosos ou que há algo de improviso nos planos do grupo Mulheres do Brasil, que começou em 2013 com 40 empreendedoras e hoje reúne mais de 7 mil associadas de perfis variados em todo o país. A meta é tornar-se o principal movimento civil político não partidário do Brasil. “O que a gente quer é ter interferência política em quem decide a política”, diz Luiza.

Cada ação do grupo é baseada em pilares bem determinados: levar mais mulheres ao protagonismo na política, nas empresas e nas transformações do país. Agenda feminista? “Se você achar que feminista é defender que haja mais mulher na política, é ser contra a violência contra a mulher, é pensar que não podemos levar 80 anos para ter mulheres em cargos altos nas empresas, então eu vou te responder que é, que eu sou feminista”, diz Luiza, rejeitando qualquer versão pejorativa do conceito.

A frase “não somos contra os homens, mas somos a favor das mulheres” é um dos motes

definidos pelo grupo como os valores “inegociáveis”: qualquer nova integrante precisa estar afinada para participar. Há outros: elas são apartidárias, não podem ser candidatas a nenhum cargo público e nem criticar políticos ou partidos específicos em nome do grupo.

“Quando a gente se põe contra o distritão é porque estudamos e vimos que isso é muito ruim para o Brasil. Não é contra um partido”, explica Luiza. Elas só combatem alguma decisão política em Brasília quando há consenso entre todas. “Porque as pessoas divergem muito”, explica Ligia Sica, coordenadora do núcleo de pesquisa em direito e gênero da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e líder do comitê de política do Mulheres do Brasil, um dos 14 comitês temáticos: os tópicos abrangem ainda violência contra a mulher, igualdade racial, empreendedorismo, liderança empresarial, entre outros.

O nome Mulheres do Brasil nasceu inspirado na exposição homônima da artista plástica Eliana Kertész, falecida este ano, mas que em 2013 exibiu suas obras no Palácio do Planalto no dia da primeira reunião do grupo, em 8 de outubro. As esculturas em bronze e fibra de vidro, à época, caíram nas graças da ex-presidente Dilma Rousseff ao retratarem um conjunto de “gordinhas sexy” que, na visão dela, representavam a alma da mulher brasileira. “Liguei para a Eliane e falei: a gente está querendo fazer um grupo, pode chamar Mulheres do Brasil?”, conta Luiza.

Embora a primeira reunião tenha ocorrido no Planalto, com a presença de Dilma - e Luiza já tenha sido até cogitada para ser ministra da ex-presidente -, a fundadora do Magazine Luiza faz questão de enfatizar que o grupo é absolutamente apartidário e que seu objetivo não é seguir carreira política. “Sempre soubemos que não queríamos ser candidatas, nem montar partido. A gente não sabe se amanhã alguém vai querer, mas hoje a gente não quer”, diz Luiza. Criado por empreendedoras, hoje o grupo quer ser o mais plural possível, abrangendo da elite às comunidades da periferia, aberto a qualquer mulher alinhada com seus ideais. “Pode ser dona de casa, quem quiser”, diz Luiza.

A empresária diz que o plano é receber todos os candidatos à Presidência no ano que vem. “Vamos receber sem vaiar ninguém, sem aplaudir ninguém. Queremos saber a opinião de Fernando Henrique [Cardoso], do [Luiz Inácio] Lula [da Silva], se ele quiser vir. Já recebemos o [João] Doria”, diz a presidente do conselho de administração do Magazine Luiza, que de manhã até a noite daquela quinta-feira conduziu pessoalmente as reuniões chamadas de “portas abertas”, que apresentam o grupo a novatas.

Na apresentação, Luiza afirmou que a intenção do Mulheres do Brasil no ano que vem é ter propostas políticas “bem fortes, que mexam com a comunidade”. Entre risos, ela diz que cogita uma campanha para que políticos coloquem seus filhos em escolas públicas. “Toda palestra em que falo isso faz o maior sucesso. Estou testando”, diz. Ela também compartilhou sua memória do dia 17 de maio, em que foi divulgado o teor dos áudios da conversa entre o empresário Joesley Batista e o presidente Michel Temer. “De repente todo mundo pensou: ou assumimos o Brasil ou o Brasil vai embora.”

Outro tema caro ao grupo é o da representatividade que, na visão unânime das associadas, anda baixa no governo de Michel Temer. O anúncio, no ano passado, de que a equipe ministerial do presidente seria formada exclusivamente por homens brancos foi motivo até de reunião de emergência. “O povo aqui quase morreu, as meninas do comitê de política não dormiram à noite”, diz Luiza. “Não podemos aceitar no mundo de hoje haver 30 ministros e não ter nenhuma mulher”, critica. “Independentemente de ser feminista ou não, é provado que a diversidade traz riquezas que a gente nem mensura”, diz. Sonia Hess faz coro às críticas de

que os ministérios de Temer não representam o Brasil. “Hoje nós temos ministérios que são só políticos”, afirma. O grupo já abriga ONGs e líderes comunitárias, e planeja criar um comitê específico para comunidades da periferia. “Não podem nos enxergar como meia dúzia de mulheres ricas que bebem chá. Somos heterogêneas, brancas, negras, ricas, pobres”, diz Ligia.

No dia 18 de agosto elas criaram uma petição online que reuniu 11 mil assinaturas contra a adoção do distritão, bem como contra a criação do fundo eleitoral de R\$ 3,6 bilhões para financiar campanhas, duas das propostas da reforma política. Isso não significa que elas sejam contra a reforma. Ao contrário, elas são favoráveis a mudanças, mas querem mais democracia nos partidos e veem na atual proposta a perpetuação do modelo atual.

Além disso, as associadas dividiram entre si uma lista de celulares e e-mails dos deputados e se dedicaram pessoalmente a “inundá-los” com mensagens de posicionamento. “Eles devem estar falando: quem são essas malucas dessas mulheres do Brasil?”, brinca a coordenadora do comitê político. No dia 23 a Câmara retirou do projeto o valor do fundo eleitoral e fatiou a votação. Mas a petição continua ativa no site Avaaz, e a meta é coletar 20 mil assinaturas. “Vamos continuar monitorando”.

Por enquanto, o Mulheres do Brasil se financia da renda de palestras e recursos das executivas que fundaram o grupo, como Luiza e Sônia. Quem pode, contribui com R\$ 100. O almoço da semana passada era por adesão: R\$ 60 por pessoa. A sede, uma casa alugada onde antes funcionava um showroom da Dudalina, foi reformada com recursos do próprio grupo e fica aberta às participantes sem cobrar entrada. “A gente não aceitou patrocínio. E não precisa doar para participar. Eu nem sei os nomes de quem doa”, diz Luiza.”

Ligia Guimarães

Cofundadora do coletivo Não me Khalo fala sobre feminismo nas redes sociais

Em entrevista para o Jornal O Dia, Gabriela Moura enfatizou a necessidade de educar meninos e meninas para uma sociedade mais justa

(Portal O Dia, 22/07/2017 - acesse no site de origem)

Desmascarar as amarras impostas pela cultura machista de nossa sociedade é um desafio para poucos. Expor as contradições dessa sociedade e dar voz àquelas que durante séculos sofreram caladas a violência naturalizada por uma cultura, que coloca o sexo masculino em posição de superioridade e tolera todo tipo de violência e violação ao feminino, é uma atitude corajosa e desafiadora.

É difícil encontrar um usuário de redes sociais que não tenha conhecimento da campanha #meuamigosecreto, que convida as mulheres a contar suas experiências pessoais envolvendo algum tipo de assédio, violação e até violência de cunho sexual. A campanha foi criada pelo

coletivo feminista 'Não me Khalo' (uma referência à artista mexicana contestadora e revolucionária Frida Khlalo). O movimento tomou uma proporção tão grande que a campanha resultou no livro 'Meu amigo secreto: feminismo além das redes'.

Em entrevista para o Jornal O Dia, a cofundadora do coletivo, Gabriela Moura, falou sobre feminismo em tempos de redes sociais, que ao mesmo tempo em que dá visibilidade às questões referentes à igualdade de gênero, também faz ecoar a voz daqueles que querem manter os privilégios masculinos. Gabriela enfatizou a necessidade de educar meninos e meninas com vistas à formação de uma sociedade mais justa.

No entanto, ao contrário do que propõe o coletivo, que é não se calar diante dessas questões complexas, Gabriela Moura preferiu não responder quando questionada sobre o papel do homem que reconhece a sua própria educação machista e concorda que homens e mulheres têm direitos iguais, dentro dessa luta por direitos. Ela também não responde quando questionada se, em algum momento da vida os homens também sofrem com o machismo. Sobre a influência do capitalismo dentro do movimento feminista que ganhou força nas redes sociais, ela também preferiu se calar.

Confira a entrevista:

Qual foi a motivação para a criação do coletivo Não me Khalo? E por que atuar nas redes sociais? Vocês tinham ideia da dimensão e repercussão desse movimento?

Foi uma movimentação muito natural e orgânica. Eu atuava com a Bruna Rangel em outra organização, onde tentávamos colocar na pauta da comunicação assuntos como violência contra a mulher, assédio, maternidade, racismo, e todas as dificuldades comumente encontradas por mulheres em situações como mercado de trabalho, etc. Mas encontrávamos muita dificuldade, e tudo tinha que passar pela aprovação de homens. Foi então que surgiu o coletivo, que mais tarde se desvinculou da organização. Criamos nosso site e começamos a produzir nossos materiais da forma que julgávamos necessária.

As redes sociais são uma caixa de ressonância dos anseios e opiniões da sociedade e das formas mais diversas. Sobre as reações negativas, como a página lida com isso?

Existem comentários que chegam a beirar atitudes criminosas... Reações negativas vão acontecer. Afinal, o que propomos é a quebra de paradigmas. Nós lidamos com isso com muita força e disposição. Se necessário for, tomamos as medidas cabíveis.

Como você avalia o avanço e ao mesmo tempo o retrocesso que as redes sociais promovem ao dar espaço para a manifestação de movimentos feministas, por exemplo. Mas que ao mesmo tempo dá voz aos intolerantes, machistas, racistas...

Qualquer meio de comunicação sempre terá esse tráfego de diferentes vozes, faz parte. Seja na internet, no jornal ou na TV. Na internet é mais fácil, porque qualquer um pode criar uma página, um blog, às vezes até de forma anônima, e falar o que quer. Mas o problema não é a internet em si, mas a sociedade.

Comentários preconceituosos são reflexos do que a sociedade mantém hoje culturalmente.

Dentro desse movimento forte e crescente, qual o lugar do homem que toma consciência de sua condição machista? Você acredita que a ele deve ser dado espaço

para lutar junto com as mulheres por uma sociedade igualitária?

Prefiro não responder

Dentro dessa nova sociedade que se vislumbra, onde homens e mulheres sejam tratados de forma igual, como pais e mães devem conduzir a educação de seus meninos?

Não me sinto muito apta a responder esse tipo de questionamento, é muito amplo. Considero que a educação das crianças é responsabilidade de toda a sociedade. A família tem esse peso considerável, mas a sociedade também precisa estar pronta para receber e acolher as crianças, respeitando suas singularidades e protegendo-as da violência física e psicológica. Precisamos mostrar para as crianças que violência não é natural, não é normal, e que meninas não são inferiores ou fracas.

Você acredita que os homens, em sua formação, em algum momento da vida também sofrem com a cultura machista?

Prefiro não responder.

Há grupos que veem com desconfiança a apreensão, por parte do capitalismo, da ideia de empoderamento feminino. Como se essa fosse uma tentativa de manter o movimento feminista sob algum tipo de controle. Você percebe essa movimentação?

Prefiro não responder.

Combate a cultura machista

Aprofundando o assunto, e buscando preencher as lacunas não respondidas por Gabriela Moura quanto ao feminismo, O Dia foi conversar com Luciane Santos, membro da executiva nacional do Movimento Mulheres em Luta e integrante da diretoria do grupo no Piauí. A ela, direcionamos os questionamentos ignorados na entrevista anterior.

Dentro desse movimento forte e crescente (feminismo), qual o lugar do homem que toma consciência de sua condição machista? Você acredita que a ele deve ser dado espaço para lutar junto com as mulheres por uma sociedade igualitária?

A exploração e a opressão contra a mulher é uma questão de classe e não de gênero, há muitas coisas em comum entre todas as mulheres, mas que a opressão sobre a mulher trabalhadora é muito pior, pois tem como objetivo superexplorá-la e arrancar dela mais mais-valia, que sustenta a sociedade capitalista, inclusive a mulher burguesa. Apesar de sofrer opressão, esta última possui recursos e mecanismos que a fazem contornar e, muitas vezes, suportar a mesma. A diferença fica melhor evidenciada no capítulo que trata da mulher no mundo do trabalho. Nesse sentido, o homem da classe trabalhadora, compre um papel importante nessa luta contra a exploração e a opressão das mulheres trabalhadoras, pois a luta contra qualquer tipo de opressão é um dever de toda a classe trabalhadora.

Você acredita que os homens, em sua formação, em algum momento da vida também sofrem com a cultura machista?

Sim, a luta contra o machismo, o racismo e a LBTfobia e pela libertação da exploração

capitalista é uma luta de toda a classe trabalhadora, pois não tenhamos dúvida, quem mais se beneficia com as opressões é o capitalismo, pois se utiliza das diferenças para melhor explorar e garantir a mais valia. Basta ver que no Brasil as mulheres ainda recebem um salário abaixo do salário de um homem, desempenhando a mesma função. A partir do momento em que o homem é educado no seio de uma família e de uma sociedade em que os fazeres domésticos são apenas algo inerente às mulheres, e os homens se furtam desses deveres.

Há grupos que veem com desconfiança a apreensão, por parte do capitalismo, da ideia de empoderamento feminino. Como se essa fosse uma tentativa de manter o movimento feminista sob algum tipo de controle. Você percebe essa movimentação?

A teoria do empoderamento tem sido defendida ferreamente pelos setores da classe dominante, pois aponta para os setores oprimidos da sociedade, como: mulheres negras e negros e LGBTs, uma saída individual, basta você se empoderar sozinho que os problemas de opressão e exploração que você sofre serão resolvidos. O problema que as mulheres sofrem no mundo não é apenas uma questão de gênero, mas de classe. Vivemos numa sociedade em que grupos exercem poderes sobre outros, o que é um fator determinante para o aumento da opressão. A ideia de individualidade, como a promovida por pessoas como Margaret Thatcher, que disse “não existe o que chamamos de sociedade: o que existe são homens e mulheres individualmente”, destrói a noção do coletivo. Essa revolução e esse empoderamento individual é inofensiva para o capitalismo e classe dominante.

Karliete Nunes

[Mulheres negras reivindicam sua ancestralidade](#)

Nesta quinta-feira, 13 de julho, a 44ª Pauta Feminina, audiência pública mensal da Procuradoria Especial da Mulher no Senado e parceiros, valorizou a voz e a imagem das mulheres negras, em debate mediado pela deputada Luciana Santos (PCdoB-PE), uma das quatro mulheres que presidem partidos políticos no Brasil.

[\(Senado Notícias, 13/07/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Com o tema “Mulheres Negras, trilhando caminhos para a igualdade”, a atividade aconteceu no “julho das pretas”, mês em que se comemora no dia 25 tanto o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, estabelecido em 1992, e quanto o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, definido pela Lei 12.987/2014, iniciativa da senadora Serys Slhessarenko.

Leia mais: [Em audiência pública no Senado, ONU Mulheres destaca as principais ações com foco nas afro-brasileiras \(ONU Mulheres, 18/07/2017\)](#)

A cineasta Flora Egécia abordou o papel do audiovisual como uma ferramenta de

empoderamento das mulheres negras. Diretora do filme *Das Raízes às Pontas*, ela falou sobre a elaboração da obra, realizada a partir de convite da professora Débora Tatiana de Moraes, que abordava a relação das pessoas negras com seus cabelos como forma de explorar possibilidades de aplicação da Lei 10.639/2003 na rede pública do DF.

Acompanhada de outras representantes do Coletivo de Mulheres com Deficiência do Distrito Federal, Agna Alves falou sobre sua história. Nordestina, mãe solteira de dois filhos, ela lidava com uma barraca de frutas na feira, antes de ficar paraplégica, há três anos.

De acordo com seu relato, foi numa conversa com seu filho, que lhe perguntou o que faria agora que acumulava mais uma vulnerabilidade — negra, pobre, deficiente — que teve um estalo:

— Eu preciso tomar posse daquilo que eu sou, daquilo que eu tenho e daquilo que eu represento.

Empoderamento

Agna afirmou que as mulheres têm que empoderar umas às outras, como ocorre no Coletivo das Mulheres com Deficiência, criado há pouco mais de um ano, nascido de iniciativa de uma mulher branca com deficiência intelectual.

Suplente mais votada ao final da Conferência de Saúde da Mulher no DF, Agna lamentou que muitas mulheres que têm plano privado de saúde e não são usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) tenham brigado para ser as representantes titulares na etapa Nacional da Conferência de Saúde das Mulheres, em detrimento de pessoas como ela que precisam sair de Ceilândia de madrugada para chegar ao Plano Piloto.

Ester Monteiro, diretora de Jornalismo da Secretaria de Comunicação Social do Senado (Secom), superou a timidez — “fiz radiojornalismo para ficar escondida”, brincou — para fazer um relato das raízes de sua família. Ester leu trechos do preâmbulo do livro *Minha Vida, meu Ministério*, escrito por um tio-avô, Juracy José Sias Monteiro, que ao morrer era o mais antigo pastor metodista do Brasil. Bisneto de suíços, neto de espanhol casado com uma mineira de cor negra, Juracy descreveu com grande argúcia o racismo brasileiro: “Parece-me que as autoridades, tratando de documentos oficiais, por deferência, dizem que somos de cor parda, mas o velho adágio diz que quem de branco escapa, de negro não passa”.

Ester Monteiro narrou o início de sua trajetória em Brasília, durante a Constituinte de 1988, quando acompanhou a então deputada Ana Maria Rattes. Num contexto de grande efervescência política, ela se familiarizou com a luta política das mulheres e dos negros por políticas afirmativas como vetores de construção de uma sociedade mais justa.

Nascida na Guiné Bissau, Eunice Borges, associada do Programa de Liderança e Participação Política da ONU Mulheres no Brasil, resgatou os marcos internacionais dos quais o Brasil é signatário como integrante das Nações Unidas. Eunice partiu da Declaração e o Plano de Ação da Conferência de Durban, na África do Sul — que considera “principal documento da sociedade civil no que se refere à promoção da igualdade racial” — e chegou às metas do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, passando pela definição da Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2015).

Rainhas

Gerente de Comunicação na Secretaria de Cultura do Distrito Federal, a jornalista e dançarina Joceline Gomes leu o cordel escrito por Jarid Arraes dedicado a Tereza de Benguela, rainha do quilombo localizado nas cercanias da primeira capital do estado do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, que durou cerca de 25 anos, até ser destruído em 1770.

Uma das convidadas para a Pauta Feminina, Jarid enfrenta problema de saúde que a impediu de comparecer. Em seu cordel, ela destaca o desenvolvimento tecnológico e político do quilombo, que contava com um parlamento e dominava a forja com a técnica e fundição de metal, transformando correntes e armas em instrumentos de trabalho.

Joceline narrou os desafios diários que enfrenta em função do racismo, com pessoas que “apontam” para seu cabelo ou mesmo tocam sem sua permissão.

— Isso é uma herança da escravidão: as pessoas acham que o seu corpo negro é um corpo público que você pode tocar.

Para Joceline, o movimento pela criminalização do funk pode ser comparado a atitudes semelhantes já tomadas no passado em relação ao samba e a capoeira. E disse que, apesar da lei 10.639/2003, ainda há forte reação dos profissionais da educação contrários a trabalhar elementos da cultura da diáspora, como instrumentos de percussão.

Segundo ela, o resultado dessa cultura escolar está manifesto no imenso estrago na subjetividade de crianças negras, levadas a acreditar que descendem de escravos e que “alienígenas” é que devem ter feito coisas como as pirâmides.

— Somos descendentes de reis e rainhas. Somos descendentes de pessoas que descendem dos criadores da civilização humana.

Exposição digital

Na abertura do evento, houve lançamento oficial da exposição digital de fotografia *Mulheres Negras no Senado Federal*, que reuniu fotógrafos voluntários e 35 mulheres negras que trabalham no Senado. De acordo com relatório do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado, entre as servidoras efetivas da Casa, apenas 21% — uma em cinco — são negras, ao passo que as mulheres negras são 58% das terceirizadas, 55% das estagiárias, 53% das jovens aprendizes e 33% das comissionadas.

A exposição reúne mulheres de todos os setores e ficará na rede intranet do Senado durante o julho das pretas. Uma das mulheres negras fotografadas, Raimilda Bispo disse que estava vivendo um “momento de rainha” durante a audiência pública, mas que sua história no Senado “tem muito mais história de escrava”. Segundo ela, no seu primeiro trabalho no Senado ela chegou a ouvir alguém dizer: “Nossa, esta secretaria vai de mal a pior, tem até negra trabalhando”.

Semelhanças

Outra das mulheres negras retratadas na exposição, a senadora Regina Sousa (PT-PI) ainda recolhia a repercussão das ofensas que recebera em Plenário, feitas por um senador incomodado com sua aparência e seu cabelo. Bisneta de escravos, Regina fez breve intervenção na Pauta Feminina, deixando uma mensagem política:

— A gente precisa encontrar nossas semelhanças para atuar juntas e não procurar nossas diferenças.

Entre as cerca de 50 presentes, na sala 9 da Ala Alexandre Costa, estavam Rosimeri Mello Pereira, da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do Distrito Federal; Tania Fontenelle, cineasta; Flávia Fernandes, do Conselho Estadual da Mulher de Goiás e da OAB-GO; Elce Guimarães, terapeuta; Lúcia Félix, consultora em Previdência Social; Margarida Chaulet, da Frente Parlamentar Suprapartidária pelas Mulheres na Política; Creuza Martins de Oliveira, da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas; e Gabriela Bastos, do Banco Mundial.

[Alunas da FGV divulgam vídeo contra o machismo](#)

Estudantes mostram que violência e discriminação são disseminados, da rua às salas de aula

[\(O Estado de S. Paulo, 14/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa feita pelas alunas da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo mostra que 69,6% das estudantes da instituição já foram vítimas de violência sexual e 75,3%, de assédio sexual. No ano passado, uma pesquisa mostrou que 86% das mulheres brasileiras sofreram assédio em público. Esses dados mostram que o Brasil é grande e diverso, mas que o machismo está por toda parte. Das ruas nas pequenas cidades às salas de uma instituição de elite do Ensino Superior.

Além das formas de violência a que todas as mulheres estamos sujeitas na sociedade, as estudantes também denunciam casos de desqualificação intelectual: 66,5% já foram criticadas, interrompidas ou ignoradas por docentes.

Para denunciar essa realidade, alunas da FGV-SP fizeram um vídeo ao som de *Respeita*, de Ana Cañas. Pedem um basta a comentários com teor machista e violento. E o fim da discriminação contra as pessoas LGBTQ. E convidam a uma reflexão: ‘a quem esse ambiente é acolhedor?’

Aos painéis de sempre, com os mesmos homens brancos héteros com mais de 50 anos. Mas, certamente, não à população brasileira em toda a sua diversidade.

Em abril, as alunas da Escola Politécnica da USP haviam publicado um vídeo no mesmo espírito, com a versão de *Survivor* feita por Clarice Falcão. A intenção era denunciar o machismo que enfrentam no dia a dia como minoria nos cursos de engenharia da principal universidade do País.

Abaixo, os clipes originais de *Respeita*, de Ana Cañas, e de *Survivor*, por Clarice Falcão.

Que ainda inspirem muitos outros clipes de muitas outras mulheres.

Mulheres vão às ruas em 16 Estados e no DF

Milhares de pessoas participaram nesta quarta-feira, 8, de atos contra o machismo, por igualdade de gênero e por causas como a descriminalização do aborto em 16 Estados e em Brasília, marcando o Dia Internacional da Mulher. A ação foi inspirada em marchas pelo mundo e teve apoio nas redes sociais nas grandes metrópoles - em São Paulo e Rio de Janeiro, havia número maior de participantes.

([Estadão.com - 08/03/2017 - acesse no site de origem](#))

Divulgada praticamente via web, a manifestação no Centro do Rio, por exemplo, foi promovida por 60 entidades de classe (como a CUT) e estudantis, além de partidos políticos, e fez parte da Greve Internacional das Mulheres (8M), iniciativa adotada em mais de 50 países por direitos femininos (mais informações ao lado). A Greve previa que as mulheres adotassem uma posição ativista pelo menos por uma hora (entre 12h30 e 13h30 no Brasil) e, se não pudessem parar de trabalhar, pelo menos se abstivessem de atividades domésticas.

Em São Paulo, dois atos encerrados no centro reuniram 30 mil pessoas, segundo os organizadores. No Rio, organizadores e policiais presentes estimaram entre 8 mil e 15 mil pessoas. Ali, um grupo se reuniu ao redor da Igreja da Candelária, na Avenida Presidente Vargas, e seguiu pela Rio Branco até a Praça 15.

Houve encenações teatrais e apresentação de uma bateria composta por mulheres. Ao final, cada trecho de um manifesto foi lido por uma mulher. O texto cobrou igualdade de direitos e fim do preconceito. “Hoje é um dia importante, mas nossa luta é todo dia. Precisamos provar que não somos só peito e bunda. Pensamos, trabalhamos e temos direitos”, afirmou Mara Silveira, de 23 anos, estudante de Medicina na Universidade do Estado do Rio (UERJ).

A maioria dos participantes era de mulheres, que fizeram discursos e gritaram em coro palavras de ordem em favor da descriminalização do aborto, por outros direitos e contra o machismo. “Nem recatada nem do lar / A mulherada tá na rua pra lutar” foi um dos coros.

Sé. Em São Paulo, os coletivos feministas interditaram trechos da Avenida Paulista e vias na Sé. A publicitária Vânia Feigol, de 31 anos, disse que a razão de as mulheres estarem na rua é a necessidade de respeito. “Viemos aqui para unir forças. É preciso tanto conseguir respeito para andar na rua sem medo de assédio quanto para ter salários iguais e as mesmas oportunidades”, afirmou.

Já a radialista Rayssa Micalosky, de 27 anos, afirmou que, embora um dos temas apontados como foco para a marcha no Brasil seja a reforma da Previdência (veja box ao lado), uma questão que também afeta as mulheres, “há todo um contexto que nos fez ir à rua”.

A educadora Luciana Nobre, de 32 anos, destacou a falta de participação dos homens. “No meio da passeata, havia aquele monte de gente, mas eram mulheres. E os bares estavam cheios de homens. Achei que tinha acontecido algo na passeata, porque todos olhavam para a TV. Era um jogo, do Barcelona. É uma alienação!”

Pelo País. As marchas ocorreram em várias cidades durante o dia. Foi a forma principal de protesto adotada em Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas, Paraíba, Pará, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins.

Brasília e Pernambuco tiveram atos planejados em espaços públicos, com direito a algumas performances.